

DO ENGAJAMENTO COMUNITÁRIO AO TOMBAMENTO A CONTRAGOSTO: PATRIMONIALIZAÇÃO DO ANTIGO CINE PALÁCIO DE JOINVILLE-SC

FROM THE COMMUNITY ENGAGEMENT TO THE DETUNING PATRIMONIALIZATION: PATRIMONIALIZATION OF THE OLD CINE PALÁCIO IN JOINVILLE-SC

Christiane Heloisa Kalb²⁵

RESUMO: O antigo Cine Palácio de Joinville foi um cinema de rua que permaneceu ativo até meados da década de 1990, quando sucumbiu pela decadência tecnológica em face da modernização advinda dos cinemas dentro dos *shoppings centers*. Na cidade de Joinville, esse edifício foi o primeiro caso de tombamento compulsório, quando a municipalidade agiu em prol de sua preservação como patrimônio cultural. No entanto, foi preciso o engajamento de um grupo de estudantes provocados por notícias na mídia impressa da cidade para que a patrimonialização do espaço ocorresse. Dessa forma, a intenção deste artigo é analisar como os usos que se fazem de bens culturais podem ou não influenciar na tomada de decisão em prol da patrimonialização desses espaços, bem como, através do caso emblemático do antigo Cine Palácio de Joinville, averiguar quais os antecessores que levaram à sua patrimonialização. Esse estudo é um recorte da tese de doutoramento em Ciências Humanas, onde trabalhei com as políticas públicas de preservação do patrimônio cultural da cidade de Joinville. Por ora, o que se conclui é que no caso do Cine Palácio, um dos grandes motivadores de sua patrimonialização foi o novo uso dado àquele espaço através da Igreja Universal.

PALAVRAS-CHAVE: cinema de rua; patrimônio; Joinville; novos usos.

ABSTRACT: The old Cine Palácio of Joinville was a street cinema that remained active until the mid-1990s, when it succumbed to technological decline in the face of the modernization of the movie theaters inside shopping malls. In Joinville, this building was the first case of compulsory patrimonialization, when the municipality acted in favor of its preservation as cultural heritage. However, it was necessary the engagement of a group of students provoked

²⁵ Pós-Doutora e Doutora em Ciências Humanas, PPGICH, UFSC. Mestre em Patrimônio Cultural, Univille. Professora de Direito, CESUSC, Florianópolis. christianekalb@hotmail.com

by news in the printed press of the city so that the patrimonialization of the space occurred. In this way, the intention of this article is to analyze how the uses that are made of cultural goods may or may not influence the decision making in favor of the patrimonialization of these spaces, as well as, through the emblematic case of the old Cine Palácio of Joinville, Predecessors that led to its patrimonialization. This study is a cut of the doctoral thesis in Human Sciences, where I worked with the public policies of preservation of the cultural heritage of Joinville. For the moment, the conclusion is that in the case of Cine Palácio, one of the great motivators of its patrimonialization was the new use given that space through the Universal Church.

KEYWORDS: street cinema; heritage; Joinville; new uses

INTRODUÇÃO

As políticas públicas em defesa do patrimônio cultural de Joinville ganharam novos contornos particularmente após os anos 2000, momento em que de fato iniciaram os processos de patrimonialização de bens culturais na cidade. Também foi quando se desenrolou o processo de tombamento do antigo espaço cultural, o Theatro Nicodemus, inaugurado em 1917.

Esse teatro, que mais tarde, na década de 1940, se transformou em um cinema de rua, o Cine Palácio, ganhou novos usos na década de 1990 e foi então ressignificado como espaço de culto, a partir de sua locação pela Igreja Universal do Reino de Deus (fig. 1). A intenção desse artigo é analisar como os usos que se fazem de bens culturais podem ou não influenciar na tomada de decisão em prol da patrimonialização desses espaços, bem como, através do caso emblemático do antigo Cine Palácio de Joinville, averiguar quais os antecessores levaram à sua patrimonialização.



Figura 1: Igreja Universal do Reino de Deus. Antigo Cine Palácio. (Google Street View – set, 2017).

Os atores envolvidos nesse processo são: a empresa Cinematográfica Arcoíris Ltda., proprietária atual do imóvel; a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), locatária desde 1995, a Prefeitura Municipal, que detém a agenda cultural através da Fundação Cultural de Joinville (extinta em dezembro de 2016, sendo substituída pela Secult – Secretaria de Cultura e Turismo), o órgão colegiado que decide pelos tombamentos municipais na cidade – a Comphaan (Comissão de Patrimônio Cultural de Joinville) –, a Promotoria Pública, representada na época pelo Promotor de Justiça Genivaldo da Silva, os jornais impressos, e ainda a figura da Academia, representada pela professora de História Sandra Guedes.

Durante a análise do processo administrativo de tombamento do edifício e também de seus antecessores, surgiram algumas questões. Essas problemáticas dizem respeito ao uso, ou melhor, aos diversos usos que se fizeram do espaço do Cine Palácio e a uma suposta autenticidade desses usos em face dos discursos de grupos de poder engendrados nos processos. Portanto, o objetivo principal desse artigo é questionar como a contemporaneidade vem respondendo a essas problemáticas acima

mencionadas, envolvendo o instituto do tombamento, os novos usos, tudo no campo do patrimônio.

OS USOS DO ESPAÇO URBANO

O procurador do município, Naim A. Tannus (2016), abre esse item com a seguinte passagem que fala da cidade de Joinville:

Aqui é cidade do proletariado, pessoal acorda cedo, dorme cedo, foi muito difícil para nós, nós tivemos vida noturna muito pouco tempo para cá, estava tudo fechado, porque a cultura era esta: dormir cedo e acordar cedo. E a vida noturna hoje em Joinville até hoje não é aquilo, quando eu cheguei não existia... Passou das 13 horas da tarde não existia restaurante para almoçar, você levava a marmita para almoçar ou voltava para casa. Uma coisa que eu até conheço nas cidades grandes, lá nosso ritmo era outro, quando eu vim para cá, nós tínhamos lá em Goiânia uma rotina violenta, morava num apartamento que era movimento a noite inteira de carro passando. Aqui é um barato, chega um determinado horário é um silêncio, não se ouve nada. Aqui no centro fica um pouco mais, mas chega 22 horas ainda é pouco movimento, é um silêncio... É diferente (TANNUS, 2016).

Joinville possui características de uma grande cidade, com algumas avenidas largas e edifícios modernos, fábricas reconhecidas internacionalmente e um PIB com números expressivos. Por outro lado, ainda apresenta marcas indeléveis de cidades do interior, como as citadas pelo Procurador do Município, Naim Tannus: silêncio à noite, uma vida noturna não tão agitada, movimento intenso próximo às 7 horas da manhã (horário de início de trabalho de muitas empresas, fábricas e escolas).

Aliado a essas características indicadas pelo Procurador, o centro da cidade, onde está situado o edifício do Cine Palácio, que se patrimonializou em 2003, sofre com o abandono público. Isso não significa que não haja usos ou movimentação de pessoas ali. Pelo contrário, há – e bastante; no entanto, algumas vezes esses usos (moradores de rua, prostitutas, skatistas, pedintes, etc.) são questionados frente à ideia de uma valorização da área central, com novos usos para a moradia e para o comércio.

Esse fato se repete em muitas outras cidades. É um sintoma do crescimento urbano. O esvaziamento do núcleo urbano à noite e aos finais de semana é um grande problema relacionado com a subutilização dos bens tombados nesses espaços abandonados. Discute-se as possíveis reutilizações de bens tombados, pois muitos bens culturais que passaram pelo processo de patrimonialização, por exemplo, são essencializados a partir de suas ressignificações. Isso ocorre porque os valores são atribuídos a esses bens por meio da ciência ou pelo conhecimento técnico e, atualmente, são traduzidos – ou às vezes impostos – por questões políticas e históricas.

Choay (2006, p. 219) sugere formas de reintegrar usos a um edifício desativado. A autora nos ajuda a entender o caso do edifício do antigo Cine Palácio, que vem sendo usado por uma igreja, embora, conforme se verá nos depoimentos a seguir, muitos entrevistados esperassem que, por possuir um aspecto ainda monumental em sua arquitetura, o antigo cine deveria ter um uso cultural, destinando-o, por exemplo, a um museu ou centro cultural. Contudo, esse destino seria a reutilização mais audaciosa e difícil de valorização do patrimônio. Os antigos proprietários, antes de ser locado à igreja, eram famílias de origem germânica, elites na cidade, como a Família Nicodemus, construtora do imóvel, e depois a Família Van Biene, que permaneceu na administração do cine até meados da década de 1970, quando alienaram o imóvel à Empresa Cinematográfica Arcoíris Ltda. Por fim, pretendo ainda discutir o seu uso atual, levando em conta o estado material/físico do edifício e identificando o fluxo de usuários potenciais.

O espaço, atualmente, está longe de se encontrar num estado de preservação idealizada pelos gestores do campo do patrimônio em Joinville. O que aconteceu com os centros das grandes cidades, reflete Naim Tannus (2016), entrevistado por mim, foi a decadência.

Esses centros da urbe tiveram seu auge e foram perdendo o uso nobre, passando a ter usos mais simples por não haver nenhuma iniciativa de

revitalização. O mesmo aconteceu no âmbito do edifício do antigo Cine Palácio, que foi um ponto nobre da cidade, onde as pessoas iam de gravata, um lugar social, de status, e foi perdendo sua nobreza com o tempo (TANNUS, 2016).

Assim, esse espaço de grandeza e solidez social passou por usos menos imbuídos de *status*. Qual foi a opção, então, frente à ausência de uma política pública adequada? O proprietário da Empresa C. Arcoíris alugou seu imóvel para uma igreja. A maioria dos cinemas de rua foi e vem sendo usada pelas igrejas, e uma das razões para esses usos é que, normalmente, são lugares bem localizados, no centro das cidades. O centro sempre foi local de muita circulação de gente na rua, mas também é onde os moradores de rua vivem, os desamparados vagam e as pessoas que fazem uso do transporte coletivo circulam. E as igrejas perceberam que poderiam fazer uso desses lugares, desses imóveis, especialmente pela movimentação que existe nesses locais.

A IGREJA CHEGOU, O CINEMA SE FOI

Em dezembro de 1990, o Cine Palácio ainda ativo foi dividido em duas unidades – o Palácio I, com 673 lugares, e Palácio II, com 381 (GUEDES, 2001, p. 50) –, numa tentativa de atrair um maior público exibindo dois filmes, contemporaneamente, em salas separadas. Em 1991, o Cine Chaplin, que era um cinema de rua mais alternativo, pois exibia filmes fora do *mainstream*, localizado a uma quadra do Cine Palácio, fechou as portas – menos um cinema de rua em Joinville. Um ano depois, junto à Lojas Americanas, que era um pequeno *shopping center*, apareceram as primeiras duas salas de cinema que não eram de rua, o Center I e o Center II, o que diminuiu ainda mais a procura pelo lazer no único cinema de rua ainda aberto. Em fevereiro de 1995, o Cine Palácio I foi alugado pela Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), permanecendo em funcionamento ainda o Palácio II. No entanto, naquele ano dois novos *shopping centers* inauguraram suas salas de cinema: o Shopping

Cidade das Flores, com duas salas, e o Shopping Muller, com quatro.

Até o fim de 1995, o Cine Palácio exibia apenas filmes pornográficos, num espaço que se chamava Cinelândia, antigo Cine Palácio II, localizado nas salas comerciais que ficam na lateral do prédio principal. As entradas da Cinelândia eram pelas portas abaixo de um telhado branco, mudando o tradicional esplendor do cinema de rua que, durante décadas, tinha sua abertura pela portaria frontal do edifício principal, para duas pequenas entradas laterais. O ano de 1995 se configurou como o período de menor público, o que inviabilizou que o espaço sobrevivesse à concorrência recém-surgida na cidade. Em novembro daquele ano, o Cine Palácio fechou suas portas por completo. A partir do encerramento das atividades do cinema, a igreja também começou a usar aquele espaço para seus cultos. Contudo, a igreja lacrou as portas laterais, colocando fim ao cinema de rua da cidade.

A Igreja Universal do Reino de Deus, locatária do espaço desde 1995, é representante da terceira onda do pentecostalismo ou da era neopentecostal. Nicole Pereira (2015)²⁶ explica as ondas do pentecostalismo, citando Freston, a seguir:

A primeira onda é o momento da origem e expansão mundial do pentecostalismo – no Brasil, a recepção inicial é limitada. A segunda onda, dos anos 50, começa quando a urbanização e a formação de uma sociedade de massas possibilitam um crescimento pentecostal que rompe com as limitações dos modelos existentes, especialmente em São Paulo. [...] A terceira onda começa após a modernização autoritária do país, principalmente na área das comunicações, quando a urbanização já atinge dois terços da população, o milagre econômico está exaurido e a “década perdida” dos 80 se inicia. A onda começa a se firmar no Rio de Janeiro economicamente, com sua violência, máfias do jogo e política populista (FRESTON, 1993, p. 66 apud PEREIRA, 2015, p. 46).

O edifício do antigo Cine Palácio, localizado em frente à Praça da Bandeira, centro da cidade, foi consagrado perante e pela Igreja Universal,

²⁶ Historiadora e mestre em Patrimônio Cultural, que trabalhou em sua dissertação sobre a representatividade do diabo e do exorcismo dentro da Igreja Evangélica – Universal do Reino de Deus.

deixando de ser considerado um bem profano, de usos e funções econômica e social, para o lazer e para a diversão. Após sua consagração, tornou-se um local de culto sagrado.

Pereira (2015) expõe por que normalmente os templos da IURD estão nos centros da cidade:

Os templos se localizam no centro do caos, são o cosmos sagrado que purifica o mundo através de sua santidade, em resumo podemos dizer que o desejo é o de se viver em um cosmos puro como se tivesse acabado de sair das mãos do Criador, lembrando que o templo é venerado porque é sagrado e não porque é templo (PEREIRA, 2015, p. 84).

E mais:

Na cidade de Joinville, o templo central da IURD fica ao lado de uma loja que vende santos, imagens de pretos velhos, velas vermelhas, e sempre em horário de culto podemos encontrar um obreiro a postos ali em frente disposto a 'resgatar' alguma alma que porventura entre ou saia da loja (PEREIRA, 2015, p. 87).

E, do outro lado da rua, está estabelecida uma loja *sex shop*, onde se vendem produtos eróticos.

A IURD apresenta diferenciais se comparada com outras igrejas, como o poderio midiático, econômico e institucional, no sentido de uma centralização hierárquica. "Sem falar da má fama adquirida no Brasil pelo chute na padroeira, pelas acusações de lavagem de dinheiro, curandeirismo, estelionato etc." (ROSAS, 2016, p. 18).

O presidente da Fundação Cultural de Joinville até dezembro de 2016, Guilherme Gassenferth (2016), expressou sua opinião quanto ao uso que a igreja vem fazendo do espaço do antigo cinema e como isso lhe causa um sentimento de perda:

Esse é o sentimento de perda que tenho também, nunca entrei no prédio. Mas eu tenho severas críticas à Igreja Universal, não tenho medo de falar sobre

isso. A igreja foi proibida em vários países, e a gente aqui continua a dar respaldo para este tipo de prática. O fato de ser uma igreja assim, fosse uma igreja católica, luterana, enfim, tudo bem, esse ponto eu concordo com as pessoas que se manifestam essa retórica. O cinema é para todas as pessoas, apesar de ter que pagar, é um bem cultural a serviço de toda a sociedade. A igreja, qualquer uma, igreja boa ou ruim, se limita. Eu não vou numa Igreja Universal, minha fé não é da Igreja Universal. Então assim afunila bastante o número de pessoas interessadas (GASSENFERTH, 2016).

Guilherme Gassenferth, ao expressar sua indignação pelo uso religioso da IURD do espaço que foi um dia o maior cinema da cidade, coloca em xeque concepções sobre o valor de uso daquele lugar. O presidente da FCJ na época disse, em entrevista, que não veria problema se o prédio fosse usado por qualquer igreja, mas depois se contradiz afirmando que se o prédio fosse usado por uma seita católica ou protestante luterana não haveria problema, mas que a Igreja Universal limita o fluxo de pessoas usuárias do espaço, excluindo os não-fiéis, assim como levanta questionamentos sobre as práticas realizadas dentro dos seus cultos, o que, para ele, é repreensível. Desta forma, o entrevistado entende que a igreja exclui pessoas do espaço que antes era um cinema.

Sandra Guedes (2016), que solicitou o processo de tombamento do edifício do cine, em 2001, expressa sua opinião sobre isso:

Se ao invés de ser a Igreja Universal, vamos supor, que fosse alugado o espaço por uma igreja luterana ou católica, haveria o mesmo envolvimento, sem qualquer preconceito religioso, pois a motivação para tombar o edifício foi inicialmente a sua monumentalidade. Não foi preconceito, não da nossa parte, de jeito nenhum! O que teve foi a dificuldade dos alunos entrarem lá dentro para pesquisar. Mas a ideia de tombar para tirar a igreja, isso, não... de jeito nenhum! Até porque, os alunos ficaram sabendo depois que era um templo religioso, não sabiam que aquilo era uma igreja (GUEDES, 2016).

Pelas palavras da entrevistada, a escolha em proteger o edifício foi feita em razão de sua monumentalidade e não porque os alunos da Univille tinham intenção de salvar o prédio do uso religioso, devolvendo-o ao uso de cinema. No entanto, ela ainda afirma que, por vezes, os alunos tentaram adentrar no

prédio e foram barrados. Os espaços musealizados ou patrimonializados nem sempre são usados ou habitados pela população local ou por turistas, e isso causa problemas como a falta de realização de experiências naquele lugar. E no caso do edifício do cine isso também se confirmou, até mesmo antes do seu tombamento. O processo de salvaguarda nem havia sido encerrado e homologado e o espaço do antigo Cine Palácio, usado desde 1995 pela igreja, perdeu aquele uso social para os fiéis – conhecidos como iurdianos (expressão derivada da sigla IURD) –, obreiros, pastores, quer dizer, pessoas vinculadas à religião neopentecostal.

Não se tem mais a troca de experiências em frente ao cine, a troca de gibis, nem os namoricos e troca de olhares. Muito menos dentro dele, onde se podia fumar durante um certo período (até que foi proibido) ou quando se podia ouvir o rolo do filme girar enquanto o filme era exibido, sem contar a emoção de ver os atores e as atrizes encenando imagens inesquecíveis. Mas, independentemente de qual uso se faça desse espaço de afetos e vivências da memória urbana de Joinville, os que dele usufruíram sempre se lembrarão desse lugar como um cinema de rua. Mas, por que a Igreja Universal optou por alugar o edifício que abrigava o Cine Palácio e não outro local? A resposta pode ser porque não havia nenhuma outra propriedade do tamanho, característica e localização semelhante?

William de Souza Vieira (2009)²⁷ traz algumas considerações, que podem nos auxiliar a pensar que as aquisições feitas pela IURD podem ter ocorrido devido ao tamanho quase sempre muito grande desses prédios, aliado ao fato de serem espaços que requerem pouca ou quase nenhuma mudança estrutural, estando praticamente prontos para as atividades religiosas. Porém, ele acredita que se trate de uma questão mais complexa, que

²⁷ Em sua dissertação de mestrado em Memória Social, pela UFRJ, sob o título *Cenas da cidade: de cinema à igreja, a memória do Cine Palácio Campo Grande*, estudou a memória e o processo de tombamento do Cine Palácio Campo Grande, localizado na zona Oeste do Rio de Janeiro.

pode ser compreendida a partir do trabalho de Campos (1999), que se refere à identidade da Igreja Universal a partir de três metáforas.

A primeira metáfora é a do teatro, que funciona para explicar e entender o modo como pregadores e fiéis (os atores) participam de um espetáculo de fé de modo dramático, o que pode justificar a busca por espaços que permitam essa exibição de forma convincente. A segunda metáfora se refere ao templo como espaço geográfico onde o ato dramático se realiza. E a terceira diz respeito ao mercado: na visão da mídia, cada templo dessa igreja funciona como um mercado no qual se vendem produtos simbólicos: a salvação, o exorcismo, a cura. Essas três metáforas das práticas religiosas e da atuação da Igreja Universal podem nos ajudar a compreender um pouco melhor esse fenômeno de aquisição de espaços que, originalmente, eram cinemas e teatros. Esses vários fatores fazem-nos perceber melhor essa opção, como o tamanho dos espaços quase sempre comportando mais de mil pessoas, a sua estrutura praticamente pronta, a sua localização geralmente em pontos centrais das cidades e dos bairros, justificada até mesmo pela sua função anterior de cinema ou de teatro. Enfim, um conjunto de fatores que, associados e somados, fazem-nos compreender a lógica de escolha da Igreja Universal, que não pode ser reduzida ao acaso ou a motivos puramente religiosos (VIEIRA, 2009).

As ponderações de Vieira (2009) tanto podem ser tomadas para entender o caso do edifício do antigo Cine Palácio, alugado pela Igreja Universal, quanto para compreender a necessidade de espaços tão grandes, em que a maior preocupação seja a quantidade de pessoas. Na união das pessoas é que existe o sagrado, não no edifício em si, ainda que de arquitetura monumental, como é o caso do antigo cine. Por isso, a sua biografia ligada às películas pornográficas não altera em nada a escolha da IURD. Existe também mais um motivo ensejador da locação: o edifício se localiza na praça em frente

ao terminal de ônibus central, de onde saem e entram pessoas de todos os bairros da cidade. Os fluxos em seu entorno não poderiam ser desprezados.

Sem contar ainda a questão do uso daquele espaço como palco de filmes pornográficos. A representação simbólica do diabo estava presente, e a igreja, através de sua pregação, o expurgou, limpando o espaço da libidinagem e transformando-o em lugar sagrado. A alegoria da presença *versus* ausência do diabo é muito ligada às experiências vividas dentro da Igreja Universal. Nas duas vezes que estive dentro do espaço religioso, no ano de 2016,²⁸ em cultos de cura e libertação, que normalmente acontecem semanalmente nas sextas-feiras, a presença e a necessidade de expulsão da representação do mal, simbolicamente apresentada pelo diabo,²⁹ foram temas nos diversos momentos de cura durante o culto.

ANTECESSORES AO TOMBAMENTO

O processo de tombamento do edifício do Cine Palácio teve início oficialmente em 17 de abril de 2003,³⁰ tendo como proprietária do prédio, na época do tombamento, a Empresa de Cinemas Arcoíris Ltda. No entanto, para se concretizar tal ato foi necessário bem mais do que a decisão favorável da Comissão de Patrimônio de Joinville. Do engajamento da universidade à força da mídia impressa, até a Fundação Cultural, por meio da Comphaan, a cidade

²⁸ A Igreja Universal do Reino de Deus realiza cultos diários, tendo cada dia uma dissertação diferente, como prosperidade, chamado de congresso empresarial, sessão do descarrego, busca do Espírito Santo, família, libertação, milagres e reunião dos filhos de Deus. Os cultos ocorrem de segunda a sexta-feira, a partir das 8h, 10h, 12h, 15h e 19h30; sábado, a partir das 7h, 12h e 19h30; e domingo a partir das 8h, 10h e 18h.

²⁹ Para saber mais sobre esse tema, da representação do diabo e da prática de exorcismo dentro da IURD, ver a dissertação de mestrado de PEREIRA (2015). Também é chamada por diversas vezes a representação do diabo por outros nomes, como bem indicou a historiadora: “No decorrer das duas horas de culto os nomes diabo, satanás, demônio, Preto-Velho, Pomba-Gira, Maria Padilha, Exu Caveira, Tiriri, Pai da Mentira, Encostos e outros serão pronunciados uma centena de vezes contra apenas algumas dezenas de referências a Deus e a Jesus” (PEREIRA, 2015, p. 73).

³⁰ Número do Processo de tombamento FCJ. CPC. 2002-001 – Inscrição Imobiliária é 13.20.24.52.0485.

viu surgir um caso paradigmático de patrimônio, no qual não poderia ficar silente.

O processo que enveredou para o tombamento do edifício do Cine Palácio de Joinville, antigo Theatro Nicodemus, teve impulso inicial em razão de uma disciplina coordenada por Sandra Guedes,³¹ intitulada Introdução ao Estudo da História, lecionada a alunos com idades entre 17 a 20 anos, do primeiro ano do curso de graduação em História da Universidade da Região de Joinville (Univille), em que se mostrou o desejo de salvaguardar o prédio do antigo cinema.

Em entrevista, a professora e historiadora Sandra Guedes (2016) contou como foi o processo:

Foi uma proposta de trabalho de uma disciplina, *Introdução ao Estudo da História*. Cada ano eu invento uma coisa diferente. Aquele ano estávamos discutindo a questão do patrimônio cultural. Aí eu propus aos alunos que verificassem na cidade o que eles achavam, da cidade, que seria digno de ser preservado, o que eles achavam que era mais importante. Daí, nas discussões, eu propus um trabalho que os alunos visitassem a cidade com outros olhos. Depois da gente ter discutido o que era patrimônio, vários vieram com propostas (GUEDES, 2016).

Com a ida a campo, os acadêmicos de História foram olhar a cidade. Em outra aula, continuou a professora, eles relataram a existência de diversos imóveis que achavam importantes e, coincidentemente, vários alunos escolheram um mesmo imóvel: o edifício do antigo Cine Palácio. Então, houve uma votação na sala e o Cine Palácio foi eleito como o mais importante. Mas após a escolha, relembra Guedes (2016), surgiu uma dúvida: “Será que esta visão é só nossa, da academia? Ou a cidade também gostaria que este imóvel fosse protegido?” (GUEDES, 2016).

³¹ Em entrevista, Sandra Guedes (2016) informou que nasceu em São Paulo e veio para Joinville em 1983.

Tendo sido escolhido pelos estudantes o edifício do Cine Palácio e surgido o questionamento sobre a legitimidade da escolha, eles tinham que tomar algumas medidas. Sandra Guedes (2016) explica:

Aí a coisa foi crescendo, os alunos foram se empolgando, eu propus dividir a sala em várias equipes e cada equipe ia fazer uma coisa. Uma das equipes ia ver se a população da cidade se interessava por aquele imóvel mesmo, através de um formulário com perguntas. Então eles fizeram sempre com minha orientação. Na cidade todas as equipes saíram com formulários e foram vendo o que as pessoas pensavam sobre aquele imóvel. Então foi visto que uma maior parte dos entrevistados gostaria que ele [Cine Palácio] fosse preservado. Foi uma pesquisa de representações sociais, o que a sociedade pensava, se aquilo deveria ser preservado ou não, foi visto, assim, que tinha um grande apelo. A cidade gostaria que a preservação ocorresse, então partimos para novas etapas, como foi a pesquisa do acervo do AHJ – Arquivo Histórico de Joinville [...] para levantar dados, outras equipes foram fazer entrevistas orais e a gente levantou todo o material e deu perto de 3 mil assinaturas. Foi um número bastante elevado, e a gente não sabia o que fazer com aquilo. (GUEDES, 2016)

Com base nas memórias de Guedes, os estudantes se dividiram em pequenas equipes e realizaram diferentes partes da pesquisa de campo. Alguns fizeram entrevistas orais, outros pesquisaram dados junto ao AHJ – Arquivo Histórico de Joinville e outros buscaram colher assinaturas para o abaixo-assinado que tinha como intuito preservar o edifício do Cine Palácio. Ficou claro para esses estudantes mencionados por Guedes (2001, p. 5), que hoje são, em sua maioria, historiadores, que o interesse de preservação não se limitava ao desejo do grupo, mas que era compartilhado pela população. Portanto, nesse caso houve a ressonância tão buscada: “Acreditava-se que seria possível fazê-lo com o tombamento. Esse desejo de preservar parece se aproximar do que Huyssen chama de rememoração produtiva, pois o tombamento atenderia um desejo político de uma comunidade em manter o seu cinema” (VIEIRA, 2009, p. 38). A professora comentou, em entrevista, que a iniciativa de requerer a preservação do que ainda restava do Cine Palácio se

deu, além do engajamento dos acadêmicos, também a partir das reportagens que se veicularam nos jornais, em meados de 2001.

Em 12 de agosto de 2001, o Jornal *A Notícia* trouxe a manchete *Parte da história joinvilense vira ruínas*. Na reportagem, a jornalista Genara Rigotti anunciou que o anexo do antigo Cine Palácio havia sido demolido para dar lugar a um edifício comercial e, num tom nostálgico e ao mesmo tempo provocador, disse que “o local que sempre fez parte da paisagem histórica da cidade parece estar com os dias contados” (RIGOTTI, 2001, p.20). O jornal lembrou que algumas das salas que eram usadas pela Cinelândia, nome utilizado para as salas laterais do antigo Cine Palácio, foram demolidas e, no lugar, estava sendo construído um edifício de lojas comerciais que, de acordo com a jornalista Genara Rigotti, “gerou protestos dos moradores” (RIGOTTI, 2001, p.20).

Na reportagem de agosto de 2001 é apresentada, numa primeira fotografia, a demolição de parte da Cinelândia, que permaneceu aberta até 1995, e na sequência, uma segunda fotografia já com a estrutura construída em dois pavimentos, exatamente ao lado do edifício do antigo Cine Palácio, que ainda não estava tombado.

Entrevistada por Rigotti em 2001, no período de construção desse novo edifício ao lado do antigo cine, a artista plástica Ilca Behnke, na época com 69 anos, confessou seu pesar em perceber que Joinville não se interessava por sua história e, portanto, entendia que aquele prédio deveria ser protegido pelo tombamento.

Minha mãe contava como eram pomposos e alegres os bailes realizados no Theatro Nicodemus. Na minha época, o então Cine Palácio significava momentos de descontração naquele clima de final de guerra. Foi um local tão importante que deveria ser tombado pelo patrimônio histórico. (RIGOTTI, 2001, p.20)

No mesmo sentido, o historiador Afonso Imhof,³² que participou durante quase vinte anos da Comphaan, também expressou sua tristeza frente à derrubada do anexo, que ocorreu de forma muito rápida, quase despercebida pela população. Ele disse, na reportagem, que

o lugar simboliza o que se tinha de mais nobre culturalmente, na Joinville do início do século, mas, infelizmente, estamos em tempo de Centeventos.³³ O teatro que se transformou em cinema deu lugar a um templo religioso, o que já mudou demais sua função original, que era cultural. (RIGOTTI, 2001, p.20)

Na mesma publicação do Jornal *A Notícia*, de 12 de agosto de 2001, a jornalista Rigotti afirmou que o “historiador defende novo destino para espaço”, citando novamente Afonso Imhof, que acreditava que o “cinema era um integrante da cidadania, pois suas portas davam para a rua”. (RIGOTTI, 2001, p.20)

Clara Dietlinde Rothert, membro da Comissão de Patrimônio, representando a Fundação Cultural na época da construção do edifício, em 2001, admitiu, em entrevista ao jornal *A Notícia* (RIGOTTI, 2001, p.20), que o Cine Palácio é uma edificação antiga e que deveria ser preservada, mas que naquele momento existiam apenas estudos sobre isso, até porque o município estava, no período, requerendo o tombamento de uma das alas do Hospital Municipal São José. Ela reforça que apesar da falta de ação da municipalidade, qualquer cidadão poderia requerer o tombamento do edifício do cine. Afinal, assim está na lei municipal e também federal de preservação de patrimônio.

A partir da possibilidade legal apresentada à professora Sandra Guedes, ela e seus alunos da Univille começaram o processo de requerimento do tombamento, tanto por meio da prerrogativa do saber universitário, que trouxe empoderamento ao requerimento, tanto por estar lutando em nome da comunidade de Joinville: pessoas que se interessavam pela história de sua

³² Convidei o prof. Afonso Imhof, por e-mail, para fazer uma entrevista, mas não obtive nenhuma resposta.

³³ Centro de eventos inaugurado em 1998.

cidade, reforçando seus discursos, e desse antigo cinema de rua, pedindo pelo seu tombamento.

No início do ano seguinte, em 2002, o jornal *A Notícia* retomou reportagem sobre as obras ao lado do antigo edifício do Cine Palácio, com a seguinte manchete: *Construção ao lado de prédio antigo causa polêmica* (SANTOS, 2002, p. 13). Poliana Santos, jornalista do AN, entrevistou o presidente da FCJ na época, Miraci Deretti, que se mostrou bastante decepcionado com a obra ao lado do antigo cine. Deretti afirmou que “se o Cine Palácio tivesse sido tombado, as construções ao lado dele deveriam ser preservadas” (SANTOS, 2002, p. 13). No mesmo sentido, Afonso Imhof, novamente entrevistado, disse que “a Prefeitura não consultou a Comissão de Patrimônio Histórico, deliberando por conta própria. A construção está ‘enfeando’ o centro” (SANTOS, 2002, p. 13). Ainda na mesma reportagem, o engenheiro responsável pela obra, Sergio Paes de Andrade, declarou que o estilo arquitetônico estava sendo preservado, uma vez que “utilizamos linhas arquitetônicas neoclássicas, no mesmo estilo do Cine Palácio”, explicou à jornalista (SANTOS, 2002, p. 13).

Ao analisar a figura 2, percebe-se o motivo da revolta de algumas pessoas que assim se manifestaram nos jornais da cidade, bem como o porquê da escolha dos estudantes de História quando foram ‘olhar a cidade’ a fim de encontrar algum bem que merecesse ser preservado. Ao lado do edifício do antigo Cine Palácio foram levantadas as salas comerciais envidraçadas, que pelas palavras do engenheiro da obra seriam “no mesmo estilo do Cine Palácio” (SANTOS, 2002, p. 13), que em parte cobrem o entorno imediato do edifício onde hoje se situa a Igreja Universal do Reino de Deus. O poder do dinheiro falou mais alto e até hoje a construção é motivo de piada dentro das reuniões da Comphaan.



Figura 2 (Google Street View – set, 2017).

Tentando imitar as colunas do antigo Cine Palácio, o edifício espelhado que foi construído entre os anos 2001 e 2002 ao lado do cinema – já usado pela igreja – é destoante da ambiência, gerando a revolta que foi noticiada nos jornais locais quando de sua edificação.

Essa iniciativa dos estudantes, no ano de 2001, auxiliados por Guedes, gerou, então, uma pesquisa de campo com o preenchimento de 500 formulários e, enfaticamente, ficou demonstrado o interesse na sua preservação. Comprovado o interesse, a professora e os estudantes montaram uma exposição com os dados coletados no Arquivo Histórico de Joinville e depois no hall do Fórum da Justiça Comum estadual e fizeram circular um abaixo-assinado, coletando 1.400 assinaturas em poucos dias. O abaixo-assinado, que se encontra no processo de tombamento, é um documento bastante interessante pela quantidade e diversidade de grupos e pessoas que o assinaram e que concederam entrevista aos alunos da Univille. Esse documento é uma evidência do anseio de memória urbana pelo cinema de uma parcela da população de Joinville, representada por 0,1% de sua população no início do século XXI, por meio dessa pesquisa. O abaixo-assinado possui um

texto que requer o tombamento do edifício e reivindica o deslocamento da igreja para que o mesmo volte a ser um cinema ou, então, um centro cultural.

No entanto, apesar de toda essa documentação farta de dados históricos, tanto os estudantes de História quanto a própria professora não sabiam como tratar o resultado daquele engajamento. Sandra Guedes (2016) relata como foi esse momento de incertezas:

Naquela época [2001] não havia nenhuma divulgação da existência da Comphaan, então a gente procurou o Ministério Público, e o Dr. Genivaldo se propôs a ajudar. Entregamos toda a documentação nas mãos dele, não sabíamos o que fazer... E a coisa foi para a frente e gerou o tombamento. Na época, eu não participava da Comphaan, nem sabia que existia. Eu conhecia o processo de tombamento em outros lugares, sabia que em São Paulo tinha a Condephaat há muitos anos. Mas aqui eu não conhecia, e quando eu fui atrás para saber, o pessoal da Comphaan ficou meio “chateado”, porque não passou pelos trâmites que eles esperavam. Mas não foi proposital, não foi alguma coisa de “vamos por um caminho mais curto”, simplesmente aconteceu (GUEDES, 2016).

A professora, que deu encaminhamento ao tombamento do Cine Palácio, lembra que após o auxílio de Genivaldo da Silva, Promotor de Justiça, a Comphaan, que tinha sido reativada havia pouco menos de dois anos, após dois períodos longos de adormecimento, tomou conhecimento do desejo de parte da sociedade em proteger o edifício que abrigou o Cine Palácio e alguns de seus membros. Pelo depoimento da professora, na época, os integrantes da Comphaan não gostaram da forma como ela e seus alunos procederam, pois estariam se sobrepondo à Comissão. A Comphaan já contava com quase vinte anos de história, porém, conforme apareceu na fala de Guedes, ela não era tão atuante como se dizia na época.

Genivaldo da Silva relata como foi o pedido da professora:

Ela veio pessoalmente, trouxe um requerimento, [...] a gente instaurou um inquérito civil, para poder investir este negócio todo, foi baixado uma portaria e foi feito um inquérito civil, e depois nem sei se a gente pediu informações para Prefeitura ou não, me parece que tão logo veio a documentação, tive que arquivar, porque não era competência nossa, era

dela, aí passei para ela, para ela poder adotar as providências, talvez até encaminhei para a Prefeitura, não me lembro bem. Mas o MP não tem atribuição para tombar. [...] Se houvesse algum dano que pudesse colocar em risco o pessoal que mora ali perto ou passava por ali, ou trabalhasse perto, aí a gente trabalharia num inquérito civil, investigando e até proibindo o pessoal de mexer no prédio, mas em razão da segurança pública, não em razão da estética ou da defesa do patrimônio, isso é por conta da Prefeitura. Mas a gente não invadiu a área da preservação, porque a gente não tinha competência para isso. (SILVA, 2016)

Toda essa documentação foi, então, organizada e enviada, acompanhada de um requerimento, ao Ministério Público. Naquele mesmo ano, o grupo apresentou pedido direto à Promotoria de Justiça, no intuito de ver a preservação do edifício que foi um cinema. Em dezembro de 2001, o Dr. Genivaldo da Silva promoveu o arquivamento do processo, conforme ele também relata em sua fala acima, requerendo, então, a remessa do dossiê ao Poder Executivo para a tomada das devidas providências.

Genivaldo da Silva afirmou que “o problema deles era a destinação do prédio, era uma coisa que estava sendo destinada para uma outra coisa, e não merecia aquilo guardada a sua arquitetura, mas daí não é tombado, não podemos interferir, tem que tombar primeiro” (SILVA, 2016). O Promotor entendeu, na época, que não teria o que manifestar, já que o bem, a princípio, não estava sofrendo nenhum dano, assim como as pessoas que por ali transitavam. Portanto, a Prefeitura é que teria o legítimo poder de decidir sobre o tombamento.

No dossiê apresentado junto ao processo, os proponentes anexaram a transcrição das entrevistas coletadas durante a pesquisa de campo, além de muitas informações históricas a respeito do imóvel e também as reportagens em jornais da época que tratavam sobre a problemática da construção de um edifício colado ao antigo cine.

Recebidos os documentos encaminhados pela Promotoria à Prefeitura, eles seguiram para a Fundação Cultural de Joinville, que deu entrada ao procedimento administrativo para o tombamento do bem em questão.

Na ata do dia 14 de fevereiro de 2002, o presidente da Comphaan, Vicente Mendes, apresentou “a pesquisa realizada pelos alunos da Univille, solicitando o tombamento do Cine Palácio, para tanto, ficou decidido que o IPPUJ realizaria o levantamento arquitetônico e a Coordenadoria do Patrimônio Histórico faria a pesquisa cartorária” [Ata Comphaan, 14 fev. 2002] (FCJ, 2002, n.p.). Os membros da Comissão entendiam que tais levantamentos seriam necessários para a entrada do processo de tombamento.

Na reunião seguinte, no dia 17 de abril de 2002, de acordo com a Ata nº 10/02, a Comphaan votou favoravelmente, por unanimidade, ao requerimento de tombamento do edifício do antigo Cine Palácio, por “sua importância histórica para a comunidade” [Ata Comphaan, 17 abr. 2002] (FCJ, 2002, n.p.), e ficou acordado que a FCJ providenciaria a notificação dos proprietários, apresentando ainda a justificativa dessa importância. É imperioso destacar que a responsabilidade pela inclusão de bens no Livro Tombo e nos Inventários era da equipe técnica, normalmente formada por funcionários da FCJ, no caso de Joinville, apesar do poder de escolha e decisão ser dos membros da Comphaan.

CONSIDERAÇÕES

O que se percebe após destacar os antecedentes do tombamento do edifício do antigo Cine Palácio de Joinville é que um dos seus grandes motivadores foi o novo uso estabelecido pela Igreja Universal.

A partir da homologação do primeiro bem imóvel tombado compulsoriamente pela municipalidade, no decreto se observa as atribuições de valores afetivos e formais, vinculadas ao que foi discutido nas reuniões da Comphaan. No decreto se fala em “marco importante e significativo na história sociocultural” da cidade e, ainda, “a vocação cultural marcante do povo

joinvilense” (JOINVILLE, 2003), o qual destaca a história de alguns grupos, aqueles formadores da urbe.

A expectativa gerada pelos membros da Comphaan em finalmente conseguir tombar o seu primeiro exemplar de patrimônio joinvilense não correspondeu ao esperado, visto que havia estudos em andamento sobre outros bens culturais, como mencionado na entrevista de um dos membros da Fundação, e também conforme enunciado pela professora Sandra Guedes; porém, enunciou categorias, observadas nas atas das reuniões e também no decreto do 1º tombamento, como “história, construção monumental, espírito e vocação cultural e povo” (JOINVILLE, 2003).

Apesar de o tombamento ser considerado uma grande conquista, pois seria a primeira vez que a municipalidade teria aplicado tal sistema de proteção compulsoriamente a um bem cultural de propriedade privada, os efeitos do ato administrativo não influenciaram positivamente a atitude do locatário em relação ao edifício do antigo Cine Palácio, que começou a sofrer alterações estéticas e arquitetônicas em sua estrutura.

O efeito da patrimonialização não obteve a devida ressonância em relação aos proprietários e ao locatário, apesar de ter obtido perante a população que se manifestou favorável ao tombamento. Por isso, esse caso de patrimonialização desencadeou reações por parte do proprietário e do locatário e ações advindas do poder público, do outro lado, que o tornou paradigmático. São disputas e embates em relação aos usos e funções contemporâneas em certa temporalidade desse bem que não surtiram o consenso almejado pela Comphaan. Afinal, o tombamento em si não protegeu o bem.

O edifício do antigo cine, ao ser tombado, em 2003, foi reconhecido como patrimônio cultural antes mesmo do Decreto Homologatório. Isso se podia observar dentro dos discursos políticos e historiográficos averiguados nas reuniões da Comphaan e nos jornais locais. Nesses discursos se fazia

menção à referência de memória e identidade de um grupo da cidade que viu o seu passado ali inscrito e que, com a instalação da Igreja Universal, começou a sentir um possível esvaziamento daquela referência memorialística e identitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPOS, L. S. *A Igreja Universal do Reino de Deus, um empreendimento religioso atual e seus modos de expansão (Brasil, África e Europa)*. [S.l.]: [s.n.], 1999. n. 103. Disponível em: <http://lusotopie.sciencespobordeaux.fr/campos99.pdf>. Acesso em: 25 maio 2015.

CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade / UNESP, 2006. 288 p.

FCJ. *Atas das reuniões da COMPHAAN*. Reuniões da Comissão de Patrimônio. Joinville: Fundação de Cultura de Joinville, 2002.

FCJ. *Processo de Tombamento FCJ/CPC nº 2002-001 A-F do Cine Palácio*. Joinville: Fundação Cultural de Joinville, 8 volumes, 2002.

GUEDES, S. P. L. D. C. *Cine Palácio: Fragmentos da história do cinema em Joinville*. Joinville: Editora da Univille, 2001.

JOINVILLE. *Decreto nº 11.006, de 07 de março de 2003*. Homologa o tombamento do conjunto arquitetônico do antigo “Cine Palácio”.

PEREIRA, Nicole Louise Umbelino. *O diabo e o rito de exorcismo no neopentecostalismo*. Dissertação de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade, Univille. Orientador: Euler R. Westphal e co-orientadora: Mariluci N. Carelli. Univille/MPCS: Joinville, 2015. 116 p.

RIGOTTI, Genara. Parte da história joinvilense vira ruínas. Joinville: *Jornal A Notícia*. 12 ago 2001.

ROSAS, Nina. A Igreja Universal do Reino de Deus: ação social além-fronteiras. *Ciências Sociais Unisinos*. n. 52, (1), jan/abr, 2016. p. 17-26.

SANTOS, Poliana. Construção ao lado de prédio antigo causa polêmica. Joinville: *Jornal A Notícia*. 29 jan 2002.

VIEIRA, W. D. S. *Cenas da cidade: de cinema à igreja, a memória do Cine Palácio Campo Grande*. Dissertação de Mestrado em Memória Social, Rio de Janeiro, 2009.

ENTREVISTAS

GASSENFERTH, Guilherme Augusto Heinemann. *Guilherme Augusto Heinemann Gassenferth*: entrevista [20 abr. 2016]. Entrevistadora: Christiane Heloisa Kalb. Joinville: FCJ – 4º andar Centreventos, 2016. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa – Tese de Doutorado do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no arquivo pessoal da pesquisadora/doutora.

GUEDES, Sandra P. L. de Camargo. *Sandra P. L. de Camargo Guedes*: entrevista [2016]. Entrevistadora: Christiane Heloisa Kalb. Joinville: Museu Nacional de Imigração e Colonização – MNIC, 2016. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa – Tese de Doutorado do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no arquivo pessoal da pesquisadora/doutora.

SILVA, Genivaldo da. *Genivaldo da Silva*: entrevista [24 jun. 2016]. Entrevistadora: Christiane Heloisa Kalb. Florianópolis: Edifício da Promotoria Estadual, 2016. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa – Tese de Doutorado do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no arquivo pessoal da pesquisadora/doutora.

TANNUS, Naim Andrade. *Naim Andrade Tannus*: entrevista [23 jun. 2016]. Entrevistadora: Christiane Heloisa Kalb. Joinville: PGM/Prefeitura Municipal de Joinville, 2016. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa – Tese de Doutorado do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no arquivo pessoal da pesquisadora/doutora.

Recebido em 03. 06. 2017

Aceito em 09. 12. 2017